



GRUPO DE TRABALHO PARA O PARLAMENTO DIGITAL

Ata n.º 5/XIII/1ª SL

Deputados presentes na Reunião de 26/07/2016

Coordenador	Jorge Lacão
Ricardo Baptista Leite	PSD
Ivan Gonçalves	PS
João Pinho de Almeida	CDS-PP
Bruno Dias	PCP
Heloísa Apolónia	PEV

Aos 26 dias do mês de julho de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu o Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital, na sala 4 das Comissões, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Continuação da apreciação do site;
2. Desmaterialização do Processo Legislativo;
3. Outros assuntos.

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital (GTPD) deu início à reunião agradecendo a presença de todos e, passando de imediato ao ponto 3 da ordem de trabalhos, submeteu à apreciação a ata n.º 3, que foi aprovada por unanimidade.

No que diz respeito ao calendário das audições e ao Colóquio, fez o ponto de situação, sugerindo que os convites seguissem de imediato e que o programa do Colóquio se completasse com a indicação dos nomes em falta pelos Srs. Deputados dos GP do BE e do PCP, como tinha ficado assente na reunião anterior.



De seguida, o Sr. Coordenador propôs que o Grupo de Trabalho reunisse após a interrupção dos trabalhos parlamentares e antes mesmo de iniciar as audições, pelo que, com o acordo de todos, ficou a próxima reunião agendada para o dia 6 de setembro, pelas 14h00.

Retomando a ordem do dia e passando ao ponto 1, solicitou a todos que refletissem sobre o *site* da Assembleia da República e apresentassem sugestões e enviassem contributos com vista à sua modernização.

Deu, então, a palavra à Diretora do CINF, Antonieta Teixeira, que começou por explicar sucintamente em que consistiu a **REDELEX** e que o principal objetivo que presidiu à sua criação, em 2005, foi o de estabelecer uma rede segura que fizesse a interligação entre os diferentes órgãos de soberania que participam no processo legislativo. Esclareceu ainda que era uma base de dados com instâncias próprias definidas para cada órgão de soberania, gerida pelo CEGER, mas não passou da fase de testes.

No que se refere à sua evolução, acrescentou que se tratava de uma arquitetura dedicada, não flexível e tecnologicamente obsoleta, com custos de implementação e manutenção elevados, razão pela qual teve baixa adesão dos titulares.

Posteriormente, e face ao exposto, o CEGER, numa tentativa de evolução da BD propôs, em alternativa:

- Manter a Redelex
- Encontrar uma alternativa que assegurasse a interoperabilidade documental
- Acabar com a Redelex e manter a situação atual



Por fim a Dr.^a Antonieta Teixeira elencou alguns aspetos sobre a situação atual e referiu que a desmaterialização do processo legislativo poderia ser vista em 2 âmbitos:

- Interoperabilidade com os restantes órgãos de soberania
- Processos internos (processo legislativo)

O Sr. Coordenador, solicitando que se aguardasse pelo final das apresentações para colocar questões, deu, de seguida, a palavra à Dr.^a Luísa Colaço, que falou sobre a desmaterialização do processo legislativo.

Assim, começou por referir que em julho 2008, no âmbito da DSATS e com a finalidade de fazer o levantamento da tramitação dos documentos relacionados com o processo legislativo, foi criado um grupo de trabalho para a desmaterialização do processo legislativo, composto por representantes de cada uma das Divisões da DSATS (DAPLEN, DAC, DRAA).

Em 20 de julho de 2011 e em resultado dos trabalhos/levantamentos efetuados pelo grupo de trabalho foi elaborado e apresentado um relatório final, propondo a construção de um *workflow* para tramitação eletrónica do processo legislativo comum, com 3 fases de implementação:

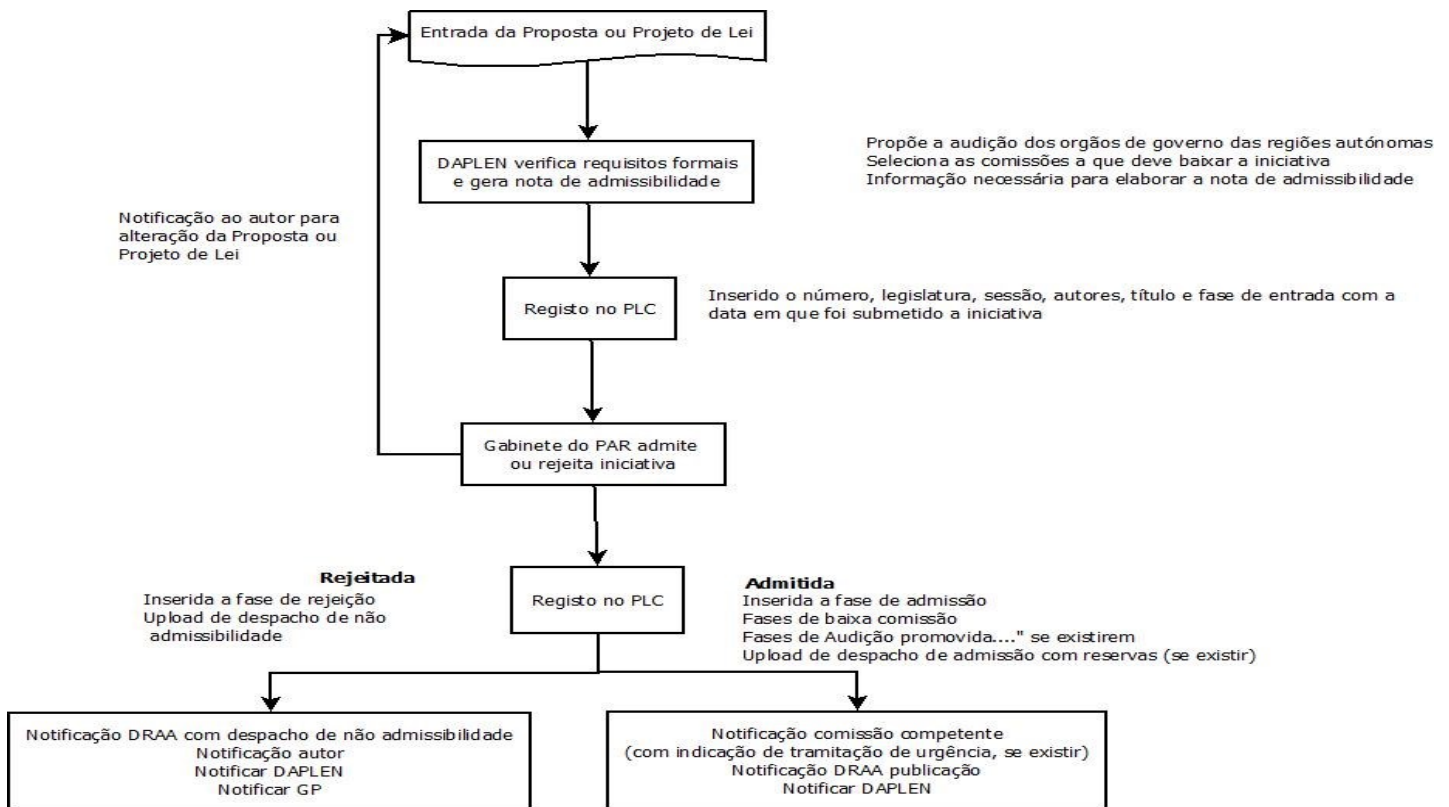
- Otimização dos meios eletrónicos disponíveis;
- Construção do sistema eletrónico de tramitação, com um período de testes de uma sessão legislativa, em que coexistiriam os suportes de papel e o eletrónico;
- Utilização exclusiva do suporte desmaterializado.

Este trabalho teve consequências imediatas, das quais se destacam:



- A eliminação da duplicação ao nível dos processos de arquivo das iniciativas legislativas;
- A criação de *templates* para a circulação de alguns documentos unicamente por via eletrónica e entrega de iniciativas legislativas e contactos com as Assembleias Legislativas Regionais através da caixa de correio “Iniciativa Legislativa”;
- O incremento no carregamento da base de dados PLC (atual AP) - melhoria da informação e maior rapidez no carregamento permitida pela circulação eletrónica das iniciativas.

De seguida, apresentou um fluxo da entrada da iniciativa



Para melhor ilustrar a sua apresentação, deu ainda outros exemplos dos resultados positivos obtidos pelo grupo de trabalho.



Em conclusão, a Dr.ª Luísa Colaço deu ainda conta de que, sendo possível, a desmaterialização:

- Exige envolvimento político e compreensão clara das vantagens e desvantagens;
- Implica fluxos dinâmicos, visto que a tramitação das iniciativas nem sempre é linear (exceções à tramitação habitual);
- E decidir se a desmaterialização é incompleta (meramente interna à Assembleia da República) ou completa, abrangendo os restantes órgãos de soberania com intervenção no PL.

Finalizadas as intervenções o Sr. Coordenador sugeriu que as questões a colocar tivessem presentes três áreas essenciais sobre o desenvolvimento futuro da desmaterialização:

1. A interoperabilidade com outros órgãos de soberania;
2. A desmaterialização do processo legislativo parlamentar;
3. E ainda no domínio geral da atividade parlamentar.

Neste sentido, os Srs. Deputados colocaram questões sobre a Entidade Certificadora da Assembleia da República (ECAR) e a possibilidade de, estando esta desativada, se recorrer à Entidade Certificadora Comum do Estado para garantir a interoperabilidade com os demais órgãos de soberania que interagem com o Parlamento no que ao processo legislativo respeita.

Colocaram ainda questões relativas às alterações produzidas, em cada Legislatura, nos procedimentos internos que suportam o processo legislativo parlamentar e às mudanças informáticas que aquelas provocam, tendo o Senhor Deputado Ricardo Baptista Leite concluído que a



transparência do processo legislativo e o conseqüente escrutínio do mesmo por parte da sociedade só pode continuar a garantir-se através da sua desmaterialização.

Finalizado o debate o Sr. Coordenador do GT solicitou ao Sr. Secretário-Geral que agendasse para o início de setembro uma reunião de coordenação com os serviços dos órgãos de soberania que têm intervenção no processo legislativo, com o objetivo de se proceder a uma revisão dos procedimentos necessários para se implementar a desmaterialização em debate.

Solicitou ainda aos Serviços que elaborassem um memorando contendo as exigências técnicas necessárias à desmaterialização do processo legislativo a nível interno. A este pedido o Senhor Deputado Ricardo Baptista Leite aditou a solicitação de que se elaborasse uma proposta de desmaterialização faseada do processo legislativo, procurando garantir-se, assim, a sua execução num prazo previsível e exequível, tendo a Dr.ª Antonieta Teixeira dado conta de que no final de setembro seria possível apresentar um primeiro esboço do memorando, levando, contudo, a proposta de faseamento mais algum tempo a concluir.

O Sr. Coordenador, Vice-Presidente Jorge Lacão, deu por terminada a reunião às 16h54, tendo ficado a próxima reunião marcada para o dia 6 de setembro pelas 14h00.

Palácio de São Bento, 26 de Julho de 2016

O Coordenador do Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital,

Jorge Lacão